

Comissão Especial - Resolução 03/2020

Ata nº 4

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte, às 10h26min, no Plenário da Câmara Municipal de Uruguaiana, com a presença dos edis: **Zulma Rodrigues Ancinello** – Presidente da Comissão Especial, **José Fernando Tarragó** – Vice-presidente da Comissão Especial, e **Vilson José Brites Borges**, reuniu-se a Comissão Especial instituída para analisar o Projeto de Lei Complementar N.º 1/2020, protocolado sob o n.º 45/LEG/2020, que “Extingue o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Uruguaiana, extingue a autarquia Uruguaiana Previdência Social – URUPREV e o Fundo Municipal de Previdência Social vinculado a URUPREV, cria o Fundo Previdenciário de Uruguaiana, e dá outras providências”. À hora estabelecida, a reunião foi aberta pela Vereadora Zulma Ancinello que compôs a mesa dos trabalhos, informou aos presentes sobre os objetivos desta reunião e esclareceu pontos relativos à sistemática adotada para a realização dos trabalhos. Justifica-se as ausências das Vereadoras Josefina Soares e Neraí Kaufmann – que não foram convocadas a tempo para a presente reunião pois, em função da substituição do vereador Fernando Bermúdez, a convocação saiu na última terça-feira. Após, solicitou ao Vereador Fernando Tarragó que realizasse a leitura da correspondência encaminhada pela gerência da Caixa Econômica Federal agência Uruguaiana, registrando as razões para o não comparecimento nesta reunião. Na sequência, a Vereadora Zulma Ancinello passou a palavra aos integrantes da Mesa. **1) Senhor Marcelo Parraga** – Presidente do Comitê de Investimentos da URUPREV - discorreu sobre a importância do tema em pauta e informou sobre as atividades desenvolvidas pelo comitê; falou da divisão das fontes de recursos do fundo municipal de previdência social vinculado à URUPREV; apresentou os números e valores dos rendimentos dos vinte (20) meses de existência deste fundo. Em relação à meta atuarial, que é uma meta a ser batida em função do déficit atuarial, disse que esta foi atingida e que todos os benefícios previdenciários, concedidos no período de dois anos, foram pagos com os rendimentos, portanto, não se mexeu no valor principal. Também demonstrou preocupação com o atual cenário econômico-financeiro do país, assim como com a instabilidade financeira mundial decorrente da propagação do ‘coronavírus’, considerando que estes fatores vão impactar em todos os fundos de previdência para bater meta atuarial. Informou que, atualmente, o fundo previdenciário possui vinte e seis milhões e novecentos mil reais, mas ainda falta o valor de fevereiro que deverá ser repassado pelo município até o próximo dia vinte e que chegaria aproximadamente a vinte e nove milhões de reais. Então, este seria o valor a ser repassado para o novo fundo previdenciário de Uruguaiana a ser criado quando da extinção da URUPREV. Neste novo fundo não haverá a necessidade de bater metas porque o município vai garantir essa diferença de valores. Discorreu sobre os reflexos da migração de valores de um fundo para o outro e disse o que acontece quando se resgata uma aplicação: ‘se absorve o lucro ou se assimila o prejuízo’. Em resposta ao Vereador Fernando, O Sr. Marcelo respondeu que atingir a meta atuarial fica difícil porque o mercado financeiro é volátil. Então, há uma carteira de

investimentos e não se consegue ter uma rentabilidade para fazer frente ao deficit atuarial. Disse que se hoje refizessem o cálculo atuarial, acredita que o resultado seria um pouco diferente, com valores mais elevados e metas mais difíceis de serem atingidas. Mas que isso seria uma realidade nacional, tanto que a Emenda Constitucional EC 103 recomenda a extinção de fundos previdenciários mais recentes. Parabenizou o Vereador Fernando Tarragó pela ideia de que se dê ao servidor a possibilidade de opção para o regime previdenciário mais benéfico. Informou que entregava um relatório com os valores dos rendimentos e dos valores geridos pelo Comitê de Investimentos da URUPREV para que os integrantes da comissão tivessem conhecimento desses valores.

2) Vereador Fernando Tarragó – referindo-se à correspondência enviada pela Caixa Federal, disse que o último cálculo atuarial é de setembro de 2018. Neste sentido, fez ponderações à fala do Sr. Marcelo Parraga e questionou se o cálculo atuarial fosse atualizado mudaria a situação atual ou não. O Vereador Fernando ponderou que não é possível fazer um parecer sem conhecer o valor atual do cálculo atuarial e seus reflexos. Disse que todas as entidades ouvidas por esta comissão foram favoráveis que continue a URUPREV. Então, não se pode extinguir uma autarquia apenas porque foi sugerida sua extinção. É necessário o conhecimento dos atuais valores envolvidos para se posicionar a respeito. Disse que com as informações que possui não se sente seguro para relatar a matéria em pauta. Ponderou que se a URUPREV ficasse em extinção poderia ser dada ao servidor a opção de ficar como segurado desta ou de migrar para o INSS. **3) Senhora Andreia Obes do Canto Osório** - Presidente do Conselho Previdenciário da URUPREV – Em resposta ao Vereador Fernando Tarragó, informou que este cálculo foi solicitado inúmeras vezes, inclusive que fosse atualizado o cálculo atuarial com um novo censo dos servidores o que não foi atendido pela presidência da URUPREV. Disse que, de repente, poderíamos ter um cenário mais positivo à medida que se atendessem às exigências legais, se fizessem as alterações na lei, possibilitando o convênio com o INSS e se realizasse a compensação e, por conseguinte, com um resultado melhor do cálculo atuarial, seria menor o deficit. Discorreu sobre a gestão do fundo previdenciário e ponderou sobre a aplicação dos recursos e os reflexos da migração de valores para o novo fundo previdenciário a ser criado. Também questionou sobre a troca de quem está gerindo o fundo e sugeriu que seja realizada uma eleição, entre as pessoas certificadas, para a formação do novo comitê de investimentos e que não sejam somente indicadas pelo prefeito como está prevista no PLC 1/2020. Outro ponto destacado, foi a questão de extinção da URUPREV, no seu entendimento, a autarquia deve ficar em extinção e não ser extinta, como previsto no projeto de lei. Neste sentido, questionou como podem os atuais conselhos serem extintos. Relembrou aos integrantes da Comissão Especial que a atual legislação precisa ser revista. Que, por várias vezes, os conselhos da URUPREV indicaram que são necessárias mudanças na legislação vigente para regularizar a autarquia por exigência de lei federal. E que o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária – só foi conseguido pelo município através de liminar. Citou a dúvida em relação a questão da URUPREV ser extinta ou ficar em extinção. Terão dois CNPJs para aplicações financeiras? Afirmou que não são totalmente contrários à extinção, mas que entendem que não há uma necessidade de se fazer tudo às pressas, correndo, para que não

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA

PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS
Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893
Home Page: www.uruguaiana.rs.leg.br
E-mail: expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br

se incorra no mesmo erro de criação da URUPREV, pois do jeito que a Lei Complementar nº 19/2018 está, ela continua sendo nociva, necessitando de atualização de alíquotas e, conseqüentemente, de um cálculo atuarial atualizado para que a margem de erro e de prejuízo ao servidor seja o menor possível. Concordou com as colocações da servidora Cláudia Simas e disse que é diferente investir só o dinheiro que vai ficar do que manter os aportes financeiros das contribuições; o dinheiro aumenta e conseqüentemente, os investimentos também aumentam. Ratificou que a autarquia só terá saúde financeira e deficit continuará diminuindo se forem feitas as alterações na lei e nas alíquotas, principalmente nas patronais. O município pode fazer, até 31 de julho, alterações nas alíquotas dos servidores que poderão serem iguais as praticadas pelo INSS. A lei vem para regular e dar saúde financeira aos fundos previdenciários. **4) Senhor Gilberto dos Santos** - Presidente do Conselho Fiscal da URUPREV – Disse que sua maior preocupação é com a legalidade do que está sendo proposto pelo PLC 1/2020. Ponderou sobre as dúvidas que ficaram e que devem ser esclarecidas. Dentre as quais citou: a legislação federal diz que autarquia fica em extinção e pelo projeto de lei ela é extinta; questionou como fica o prazo de carência para os servidores que retornarem ao Regime Geral da Previdência Social para terem direito a alguns benefícios, como por exemplo, aposentadoria especial; se a autarquia está em extinção como poderá ter um novo conselho de previdência, questionou se vão coexistir os atuais conselhos e o novo a ser criado; como será a transferência de recursos do fundo atual para o novo, assim como, aplicação e rentabilidade dos recursos financeiros, levando em consideração o atual momento financeiro nacional e mundial; qual impacto financeiro na folha de pagamento com o município assumindo as despesas e a gestão do fundo previdenciário de Uruguaiana. **5) Vereador Vilson Brites** – disse que uma das dúvidas que possui é justamente sobre um comitê de investimentos com indicações tão somente pelo prefeito. Também ponderou que poderia ser mantida a autarquia em extinção e serem criadas regras para a possibilidade de opção por parte dos servidores. Se continuam no RPPS ou migram para o RGPS. **6) Vereadora Zulma Ancinello** – Enfatizou a importância do debate para a elucidação das dúvidas referentes à matéria. Sugeriu que sejam propostas regras de transição, assim como a possibilidade de opção aos servidores. Registra-se, para constar, que, a presidente da Comissão Especial, Vereadora Zulma Ancinello, abriu espaço aos servidores presentes que quisessem realizar questionamentos. Manifestaram-se: **1) Senhora Lúcia Guterres Cabezudo** – Chefe do Departamento de Pessoal da Câmara Municipal de Uruguaiana – Ponderou que se dissemina a ideia de que com a migração de regime previdenciário só perdem os servidores que recebem acima do teto previdenciário do INSS. Mas, na verdade, perdem todos, uma vez que será utilizado o fator previdenciário que vai achatar todos os benefícios previdenciários. Então, isso deve ficar claro a todos os servidores. Disse ser ótima a sugestão do Vereador Fernando Tarragó no sentido de que seja dada a possibilidade de opção entre o RPPS e o RGPS aos servidores; **2) Senhora Cláudia Aires Simas** – Chefe do Departamento de Legislação e Registros do Poder Legislativo de Uruguaiana – registrou que existem servidores que estavam próximo de se aposentar e que perderam direitos quando foi criada a URUPREV e vão perder novamente com o retorno ao INSS. Em relação à saúde financeira do fundo

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS
Telephone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893
Home Page: www.uruguaiana.rs.leg.br
E-mail: expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br